



Decisão 02630/2021-5 - 1ª Câmara

Processo: 02306/2019-7

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Reforma

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – REFORMA EX OFFICIO – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

1. O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade.

O RELATOR EXMO SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Versam os presentes autos acerca de **TRANSFERÊNCIA DA SITUAÇÃO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA EX-OFFICIO**, do Cabo PM Geraldo Teixeira da Costa, Número Funcional 801840/1, a partir de 27/9/2018, por meio da Portaria 255/2019 (fl. 127), nos termos do artigo 95, inciso I da Lei 3.196/1978, alterado pelo artigo 2º da Lei Complementar Estadual 212/2001, c/c o artigo 26, da Lei Complementar 420/2007, alterada pelas Leis Complementares 745/2013 e 747/2013 e, ainda, artigo 25 da Lei Complementar 101/1997, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma estatuída na

Carta Magna, artigo 71, inciso III, bem como na Carta Estadual, artigo 71, inciso IV, e, ainda, a teor do artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico 01131/2021-4 e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico 01357/2021-4, tendo sido devolvido à origem por meio do Protocolo 3850/2021.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 04083/2021-4 opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, nos termos do Parecer 04038/2021-9, em consonância com a área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Tratam os presentes autos de transferência da situação de Reserva Remunerada para Reforma *Ex-Officio*, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

A Reforma *Ex-Officio* está amparada em legislação específica, sendo os proventos fixados com base no subsídio do posto superior de 3º Sargento PM, Referência 12, no valor de R\$ 5.378,49 (cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos), conforme fl. 125 dos autos.

Da análise do feito, tenho que assiste razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório demonstram a regularidade da Reforma *Ex-Officio* em apreço.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC- 2630/2021-5

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

1.1. Registrar a Portaria 255/2019, que transferiu da situação de Reserva Remunerada para Reforma *Ex-Officio*, o **Cabo PM Geraldo Teixeira da Costa**, a partir de **27/9/2018**, com proventos fixados no valor de **R\$ 5.378,49** (cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos);

1.2. DAR CIÊNCIA aos interessados.

1.3. ARQUIVAR os presentes autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 01/09/2021 – 40ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antônio da Silva (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Heron Carlos Gomes de Oliveira

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente